



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste sábado

02/08/2014

O Facebook tem 24h para explicar links que direcionam para o perfil do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), candidato à reeleição. A decisão é do juiz auxiliar Marcelo Coutinho Gordo. Ele aumentou de R\$ 10 mil para R\$ 100 mil a multa a ser aplicada ao Facebook caso a empresa não cumpra a determinação de identificar os contratantes de links patrocinados que teriam feito propaganda eleitoral em benefício do candidato. Segundo a ação, movida pela coligação São Paulo Quer o Melhor (PMDB / PDT / PSD / PP / PROS), de Paulo Skaf, o governador teria aumentado o número de seguidores em seu perfil na rede social Facebook por meio propaganda paga na internet, o que é proibido pela legislação eleitoral. As informações são do portal **G1**.

Sócias da Petrobras

Duas empresas controladas por Alberto Youssef, acusado de ser doleiro, foram sócias da Petrobras Distribuidora num consórcio escolhido para construir uma usina termelétrica em Suape (Pernambuco), segundo relatório da Polícia Federal sobre a Operação Lava Jato. Youssef é réu numa ação penal sob acusação de ter lavado dinheiro desviado da obra da refinaria Abreu e Lima, que está sendo construída em Pernambuco. Mas é a primeira vez que ele aparece como sócio da estatal. Uma das suspeitas investigadas é que Youssef conseguiu entrar no consórcio graças aos contatos políticos que ele tinha na Petrobras. As informações são da **Folha de S.Paulo**.

Quebra de sigilo

A Justiça autorizou, com base em pedidos da Polícia Civil do Rio, a quebra de sigilo de ao menos 20 páginas relacionadas aos protestos na cidade e 52 perfis pessoais de manifestantes no Facebook. Segundo a **Folha de S.Paulo**, a autorização foi dada no inquérito que investigou ativistas suspeitos de cometer atos violentos no Rio e que terminou com 23 pessoas denunciadas por formação de quadrilha armada.

Cartel de trens

O empresário Massimo Andrea Giavina Bianchi, alvo do escândalo do cartel dos trens em São Paulo, conseguiu, no STJ, liminar que suspendeu o recebimento de denúncia e abertura de ação penal contra ele e outros investigados por suposto conluio no projeto da Linha 5 do Metrô — empreendimento contratado em 2000 pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) ao preço de R\$ 1,2 bilhão. A decisão foi do ministro Rogério Schietti Cruz. Giavina foi denunciado à Justiça como diretamente favorecido em contratos do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), no período entre 1998 e 2008. Na prática, a ação contra Giavina fica parada. As informações são do blog do repórter Fausto Macedo no **Estadão**.

Esforço concentrado

Senadores vão analisar na próxima semana, durante as votações do chamado esforço concentrado, a cobrança de preços diferentes no comércio para pagamentos em dinheiro ou no cartão, feitos à vista. O tema, segundo o **Estado**, deixa em lados opostos o Ministério da Justiça e o Banco Central. Um projeto de decreto legislativo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) suspende uma resolução que proibia a fixação de preços diferentes. O Ministério da Justiça acampa o entendimento dos órgãos de defesa do consumidor, que sempre foram contrários à diferenciação de preços e reagem toda vez que há movimentação no Congresso para aprovar qualquer projeto permitindo essa prática.

Uso de aeroportos

A coordenação da campanha à reeleição da presidente Dilma Rousseff informou que o diretório nacional do PT protocolou na Procuradoria-Geral da República (PGR) representação contra Aécio Neves, candidato do PSDB à Presidência da República. O pedido é para que se investigue o uso feito pelo candidato dos aeroportos localizados nos municípios mineiros de Cláudio e Montezuma. Segundo o **G1**, as pistas para aeronaves dos dois municípios foram usadas pelo presidenciável sem que elas tivessem autorização para pousos e decolagens homologada pela Agência Nacional Aviação Civil (Anac). A representação do PT pede apuração por suposto crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo. A infração, que pelo Código Penal consiste em expor aeronave a perigo, tem pena prevista de dois a cinco anos de reclusão.

Segurança jurídica

Representantes do agronegócio vão apresentar aos candidatos à Presidência da República as principais reivindicações do setor. O destaque é no pedido de mais segurança jurídica — expressão que envolve alguns dos temas mais conflituosos e polêmicos da história recente do país na zona rural. Entre eles aparecem demarcação de terras indígenas, reconhecimento de territórios quilombolas, desapropriações para a reforma agrária, ampliação das áreas de reserva ambiental, vendas de propriedades rurais para estrangeiros e trabalho análogo à escravidão. De forma direta, os ruralistas reivindicam mudanças nas principais leis que regem esses temas. As informações são do **Estado**.

Massacre de Realengo

A Justiça do Rio de Janeiro condenou a prefeitura da capital a pagar R\$ 100 mil em indenização a um ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silva, no bairro de Realengo, palco do massacre ocorrido em abril de 2011, quando Wellington Menezes de Oliveira, um ex-aluno, entrou armado na escola, matou 12 estudantes, feriu 22 pessoas e se suicidou em seguida. A decisão é do juiz Luiz Fernando de Andrade Pinto, da 15ª Vara de Fazenda Pública, que acolheu ação indenizatória por danos morais, proposta pelo aluno, que não chegou a ser atingido, mas testemunhou o massacre. O juiz entendeu que a escola tem responsabilidade na guarda dos estudantes. As informações são do **Correio Braziliense**.

Publicidade sem discriminação

A Lei que determina uma maior participação de negros em peças publicitárias veiculadas pelos

órgãos da Administração Municipal de Rio Branco foi sancionada, na sexta-feira (1/7), pelo prefeito Marcus Alexandre (PT-AC). Segundo o prefeito, a nova legislação atua em acordo com as políticas de promoção da igualdade racial que têm sido desenvolvidas pela prefeitura da capital acreana. As informações são do **G1**.

Melhor fiscalização

O Tribunal de Contas da União (TCU) pressiona o Ministério das Cidades, responsável pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, a melhorar a fiscalização e o processo de acompanhamento das obras pelo país. Auditoria apontou que 100% das obras apresentaram problemas de qualidade por causa de "vícios construtivos que dificultam ou mesmo inviabilizam o uso pleno da moradia pelo beneficiário". Em alguns casos, segundo os auditores, há "risco a segurança ou a saúde do morador". As informações são do **Estadão**.

Medição de gás

A Petrobras recebeu multa de R\$ 7 milhões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) devido a desconformidades com o regulamento nos sistemas de medição de gás da plataforma Cherne-1, responsável pela produção de algumas áreas da Bacia de Campos. A decisão está em ata de reunião da autarquia de 23 de julho. A Petrobras recorreu da multa, mas o recurso foi negado pela diretoria da agência nessa reunião. As informações são do **O Globo**.

Templo de Salomão

O Ministério Público estadual vai instaurar inquérito para investigar uma suspeita de contaminação do solo onde foi construído pela Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) o Templo de Salomão, no Brás. Segundo **O Globo**, a obra, inaugurada na quinta-feira em cerimônia com a presença da presidente Dilma Rousseff (PT) e de 11 governadores e ministros, já era alvo de investigação por problemas no registro da reforma do empreendimento.

Eleições 2014

A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul funciona em regime de plantão das 14h às 19h, neste sábado (2/7) para tirar dúvidas de candidatos, partidos e comitês do estado sobre a transmissão da 1ª parcial da prestação de contas de campanha. Segundo o **G1**, o prazo para o envio da parcial termina às 22h59 (de MS).

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2014-ago-02/noticias-justica-direito-jornais-212-2/>